

MAXXINE, PEARL

E X: A HISTÓRIA DA

TRILOGIA COMPLETA P12

DIÁRIO DO ESTADO

Brasil, Quinta-feira, 12 de Dezembro de 2024 - Ano 18 - nº 3629 - Fundado em 11 de Março de 2005 - diariodoestado.com.br - R\$1,50

Caiado frisa cumprimento de normas legais e respeito à legislação eleitoral

O governador Ronaldo Caiado reafirmou seu compromisso com o respeito à legislação eleitoral. "Eu sou um homem que sempre pautei minha vida política pelo cumprimento das normas legais e jamais pratiquei um ilícito moral ou eleitoral. Nada pode desabonar a minha trajetória", comentou o chefe do Executivo estadual, em resposta a decisão que pede sua inelegibilidade por suposto abuso de poder político. **p3**



ALISTAMENTO MILITAR

FEMININO COMEÇA EM

JANEIRO DE 2025 P2

BRASIL

Pacote anti-invasão:
Câmara aprova projetos para reprimir ação de invasores e facilita reintegração de posse

ECONOMIA

Governo Federal
anuncia mudanças na nova regra fiscal para salário mínimo (R\$ 1.528) em 2025

ESPORTE

Botafogo leva surra,
decepção contra o Pachuca e se despede na estreia do Mundial

MUNDO

Javier Milei promete
corte de 90% nos impostos e avançará com fechamento do Banco Central

(62) 3010-4014

(62) 98219-1904

/diariodoestado

jornalismo@diariodoestado.com.br



Alistamento militar feminino começa em janeiro de 2025

REDAÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2025, mulheres poderão se alistar voluntariamente no serviço militar. A iniciativa das Forças Armadas oferece cerca de 1.500 vagas em 28 municípios de 13 Estados e do Distrito Federal, marcando uma nova etapa na inclusão feminina nas Forças Armadas.

O alistamento será realizado entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2025, e as interessadas poderão se inscrever online, no site alistamento.eb.mil.br, ou presencialmente em Juntas de Serviço Militar. Para participar, é necessário residir em um dos municípios selecionados e ter ou completar 18 anos em 2025.

Já os documentos exigidos incluem certidão de nascimento ou comprovante de naturalização, comprovante de residência e um documento oficial com foto, como identidade ou carteira de trabalho.



Reprodução

METAS E INCLUSÃO

O Ministério da Defesa pretende expandir progressivamente a participação feminina, com a meta de alcançar 20% das vagas no serviço militar inicial. Atualmente, as mulheres representam cerca de 10% do efetivo das Forças Armadas, ocupando principalmente cargos nas áreas de saúde, ensino e logística. Elas também têm acesso à área combatente por meio de concursos específicos, como o Colégio Naval e a Escola Preparatória de Cadetes.

BENEFÍCIOS

As mulheres que se alistarem terão acesso a benefícios semelhantes aos dos homens, como subsídios, auxílio-alimentação, licença-maternidade e isenção para aposentadoria. A medida é vista como uma oportunidade para fortalecer a Força de Trabalho das Forças Armadas e promover a transformação social.

PROCESSO SELETIVO

O recrutamento será dividido em várias etapas: alistamento, seleção geral, seleção complementar, designação/distribuição e incorporação. Durante o processo seletivo, as candidaturas passarão por entrevistas, inspeções de saúde (exames clínicos e laborato-

riais) e testes financeiros.

Embora as mulheres possam escolher a Força Armada (Exército, Marinha ou Aeronáutica) em que desejam servir, a decisão definitiva dependerá da disponibilidade de vagas e das aptidões individuais. As escolhidas irão iniciar suas funções como soldados, sendo denominadas

marinheiras-recrutas, com os mesmos direitos e diretos atribuídos aos homens.

A previsão é que as candidatas selecionadas sejam incorporadas entre 2 e 6 de março ou entre 3 e 7 de agosto de 2026. O serviço terá duração de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por até oito anos.

Mabel reage à cassação de chapa: “Serei prefeito de Goiânia”

REDAÇÃO

Prefeito eleito de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil) classificou como “desproporcional” a decisão da Justiça Eleitoral que cassou sua chapa e declarou o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) inelegível por oito anos. Mabel, que obteve 55,53% dos votos válidos no último pleito, afirmou que irá recorrer, mas reforçou seu compromisso com a gestão da capital.

“Entendemos que a decisão é desproporcional. O evento citado não tem relação com a campanha propriamente dita. Meus advogados vão cuidar disso e eu vou cuidar de Goiânia”, declarou Mabel, ao ser questionado sobre as acusações de uso indevido do Palácio das Esmeraldas em atos de cam-



panha. Mabel recebeu a imprensa na sede da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg).

A decisão da juíza Maria Umbelina Zorzetti, proferida na noite de segunda-feira (10/12), atende a uma ação movida pelo PL. Segundo a magistrada, Caiado utilizou a sede do governo estadual

para favorecer a campanha de Mabel, configurando abuso de poder político. Além da cassação de Mabel e de sua vice, Coronel Cláudia (Avante), a sentença prevê que Caiado fique inelegível a partir de 2024.

Mesmo diante do impacto político da decisão, Mabel reafirmou sua determinação

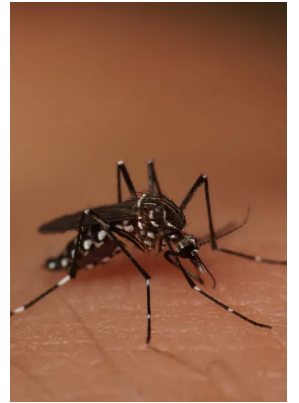
em iniciar uma gestão sólida na prefeitura. “É uma ação que demora a caminhar, tem uma porção de discussões, e nós vamos cuidar de Goiânia, como estamos cuidando. Eu nem prefeito sou ainda e já estou ajudando a resolver o problema da Saúde da nossa capital. Estamos

mexendo em muitas outras áreas também. Vamos entrar em Goiânia firmes”, disse.

O prefeito eleito também destacou sua legitimidade ao cargo, citando a expressiva votação obtida nas urnas. “Eu tive mais de 350 mil votos para ser prefeito de Goiânia, então eu vou ser o prefeito de Goiânia.”

Apesar da confiança no recurso, Mabel admitiu que está preparado para enfrentar qualquer desdobramento jurídico. “Se tiver uma decisão contrária lá no fim, o que eu não acredito que teremos, vai ser uma decisão da Justiça. Não tem o que fazer. Então, eu vou trabalhar sempre, até o último dia do meu mandato”, pontuou. “Goiânia me elegeu para fazer uma boa gestão aqui, e é isso que vou fazer”, concluiu.

Goiás: Mortes por dengue crescem mais de 610%



REDAÇÃO

As mortes por dengue cresceram 613% em Goiás, neste ano, em relação ao anterior. Em 2024, foram 414 registros de óbitos contra 58 em 2023. Os dados são da Secretaria de Saúde de Goiás (SES-GO), que também apontam 45 casos suspeitos.

No Estado, Goiânia lidera em número de mortes e de suspeitas. São 63 e 17, respectivamente. Em seguida vem Anápolis, com 53 óbitos e 2 em investigação. Cristalina e Luziânia tiveram 25 e 18 registros de falecimentos, cada.

Ainda sobre as mortes, tiveram registros em Goiás: Valparaíso de Goiás (15), Caldas Novas (12), Águas Lindas de Goiás (9), Formosa (9), São Luís de Montes Belos (9), Aparecida de Goiânia (8), Novo Gama (8), Catalão (7), Aurilândia (6), Mineiros (6), Planaltina (5), Cidade Ocidental (5), Pirenópolis (5), Santa Helena de Goiás (5), Uruaçu (5), Vianópolis (5), Rio Verde (4), Santo Antônio do Descoberto (4), Acreúna (4), Iporá (4), Ceres (3), Cocalzinho de Goiás (3), Goianésia (3), Inhumas (3), Itapuranga (3), Leopoldo de Bulhões (3), Matrinchã (3), Padre Bernardo (3), Senador Canedo (3), Vila Propício (3), Trindade (2), Goianira (2), Silvânia (2) e Abadiânia (2).

Em Goiás, as vacinas estão disponíveis para a faixa etária de 6 a 16 anos. Dados do Estado informam que 348.921 doses do imunizante foram aplicados para um público de 4 a 59 anos.

DIÁRIO DO ESTADO

www.diariodoestado.com.br

FALE CONOSCO: (62) 3010-4014

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ernesto Guevara
EDITOR DE ARTE: Henrique Portilho
EDITOR EXECUTIVO: Bruno Vieira

jornalismo@diariodoestado.com.br

COMERCIAL

(62) 3095-1241 · 3093-3847 · 3095-1057
3095-6527 · 3095-2635 · 3095-7549
comercial@diariodoestado.com.br

SEDE: Rua 109, Nº 36, Setor Sul,
Goiânia - Goiás - CEP: 74.085-090
Tiragem: Atende a Lei Estadual nº 17.928/12
Circulação: Estado de Goiás - CNPJ: 24.946.442/0001-93

Edição digital
certificada: ICP
Brasil



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Estado com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferido através do QR Code ao lado ou pelo site <https://diariodoestado.com.br/pageflip>

Caiado frisa cumprimento de normas legais e respeito à legislação eleitoral

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado reafirmou seu compromisso com o respeito à legislação eleitoral, na tarde desta quinta-feira (11/12). “Eu sou um homem que sempre pautei minha vida política pelo cumprimento das normas legais e jamais pratiquei um ilícito moral ou eleitoral. Nada pode desabonar a minha trajetória”, comentou o chefe do Executivo estadual, em resposta a decisão que pede sua inelegibilidade por suposto abuso de poder político.

A Justiça Eleitoral declarou o governador inelegível por oito anos, a partir de 2024 e cassou a chapa do prefeito eleito de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil). A decisão, assinada pela juíza Maria Umbelina Zorzetti, atende a uma ação movida pelo PL, que o acusou o uso indevido do Palácio das Esmeraldas, sede do



Divulgação

governo estadual, para eventos de campanha.

O gestor goiano concedeu uma entrevista coletiva, no Palácio das Esmeraldas, onde afirmou que já recorreu da decisão proferida pela juíza da 1ª Zona Eleitoral de Goiânia. “Eu respeitarei com muita tranquilidade a decisão do Tribunal Regional Eleitoral

(TRE) de Goiás, mas não podem existir dois tratamentos. Respeito a decisão da juíza e a matéria vai ser julgada em instâncias superiores”, afirmou Caiado, ao afirmar que seus advogados já apresentaram recurso.

“Estou embasado na prerrogativa que tenho”, enfatizou Caiado ao citar decisão

do colegiado do Tribunal Regional Eleitoral que, em 2018, entendeu que o Palácio das Esmeraldas é a residência oficial do governador do Estado, o que permite a exceção do artigo 73 do Código Eleitoral. “Mesmo depois dessas decisões eu tive o cuidado absoluto de realizar todas as reuniões políticas em outros locais,

como a sede União Brasil, da Asmeço e da Acieg”, reforçou.

Caiado explicou aos jornalistas que realizou uma reunião fechada, de cunho institucional, com vereadores e suplentes, visando discutir temas de interesse da capital. “Reuni aqui vereadores e suplentes em uma reunião, como governador, para tratar de um assunto extremamente delicado naquele momento, que era saúde pública da capital”. O chefe do Executivo reforçou que não houve, em nenhum momento, intuito de realizar campanha eleitoral.

JURISPRUDÊNCIA

Caiado lembrou ainda a decisão de 2014 do ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde foi julgada improcedente uma representação contra a então presidente da República, Dilma Rousseff, que teria utilizado o Palácio da Alvorada,

residência oficial da presidência, para fins eleitorais. Na decisão, Toffoli pontuou que “a vedação de dispositivos do artigo 73 da Lei das Eleições não se aplica ao uso [...] das residências oficiais para a realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público”.

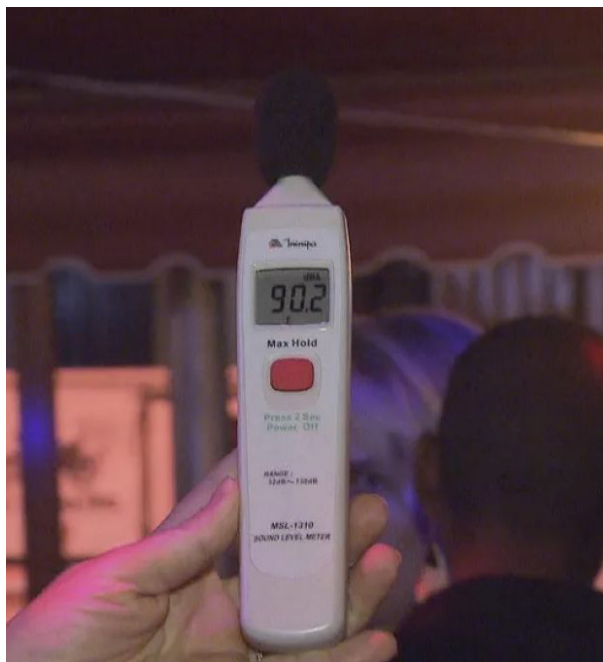
“Tanto Bolsonaro, quanto Dilma, Lula e outros também fizeram reuniões na residência oficial. Se o Palácio da Alvorada sempre foi aberto, e o Palácio das Esmeraldas antes do meu mandato também sempre foi aberto, não pode ser diferente. Tem de haver o mesmo parâmetro de entendimento”, frisou Caiado. “Acredito na justiça e tenho a certeza absoluta de que a resposta será dada nas instâncias que vierem a ser recorridas para que a justiça possa se pronunciar”, finalizou.

TJGO derruba lei municipal que flexibilizava limites de ruído em Goiânia

REDAÇÃO

O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) declarou inconstitucional a lei municipal que permitia níveis de ruído superiores aos previstos pela legislação federal. A decisão recai sobre o novo Código de Posturas de Goiânia (Lei Complementar Municipal nº 368/2023), especificamente nos parágrafos 2º e 3º do artigo 32, forçando o município a adequar os limites de decibéis às normas nacionais.

A corte considerou que as normas municipais invadiam a competência legislativa da Constituição Estadual de Goiás e desrespeitavam os princípios constitucionais da proporcionalidade, razoabilidade e proteção ambiental. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda evitar exposições prolongadas a sons acima de 50 decibéis (dB), enquanto a Norma Brasileira (NBR 10.151/2000) estabelece limites de 55 dB entre 20h e 7h e de 50 dB das 7h às 20h. Em contrapartida, a lei goianiense autorizava níveis de ruído que chegavam a 80



dB em determinados casos.

O MPGO questionou a constitucionalidade da norma, argumentando que o município só pode legislar sobre questões ambientais de forma complementar às leis estaduais e federais, sem flexibilizá-las.

“O dispositivo municipal contraria os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, permitindo níveis sonoros que

comprometem a qualidade de vida e o direito a um meio ambiente equilibrado”, afirmou o desembargador José Paganucci Júnior, relator do caso.

Com a decisão, o TJGO reforça a prioridade da preservação ambiental e a necessidade de Goiânia alinhar suas legislações às diretrizes nacionais, garantindo maior proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

Prefeitura inicia regularização dos pagamentos de prestadores da Saúde

REDAÇÃO

A Prefeitura de Goiânia anunciou, nesta quarta-feira (11), que iniciou a regularização dos pagamentos de prestadores de serviços da Saúde. A ação se dá em conformidade com o acordo feito entre o Ministério Público de Goiás (MP-GO) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), de modo que os prestadores de serviços essenciais, como home care, limpeza terceirizada das unidades e transporte de pacientes sejam mantidos.

Conforme a Prefeitura, entre os serviços contemplados nos pagamentos desta quarta (11) estão: atendimento domiciliar (home care), realizado por uma equipe multiprofissional que presta assistência a pacientes desospitalizados e que dependem de respiradores; limpeza das unidades de saúde; logística de recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos; e transporte de pacientes, incluindo aqueles em tratamento de hemodiálise.



Conforme a promotora de Justiça Marlene Nunes Bueno detalhou na última sexta-feira (6), o bloqueio de recursos da Saúde foram executados para que os pagamentos com as redes credenciadas pudessem ser apresentados e devidamente regularizados. “Houve o bloqueio para que os prestadores de serviços hospitalares, laboratoriais, home care, fossem pagos, ou seja, para que não houvesse atraso nesses pagamentos como nós verificamos ao longo dos últimos meses. Portanto, estão sendo le-

vantados os valores a fim de que os prestadores possam receber nas próximas horas, no mais tardar, no início da semana”, esclareceu.

Segundo a Secretaria de Saúde, os demais prestadores, vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), como hospitais, clínicas e laboratórios, terão seus pagamentos realizados conforme cronograma, que será definido em reunião nesta tarde com a participação de representantes do MP-GO. A promotora Marlene explicou que os pagamentos serão feitos conforme os critérios



Comissão da Câmara aprova pacote anti-MST e facilita reintegração de posse

REDAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, nesta terça-feira, o projeto que “dispõe sobre a retirada de invasores de propriedades privadas”. O texto prevê que proprietários de terras invadidas possam retomá-las “por sua própria força ou utilizar força policial”, independentemente de ordem judicial, “contanto que o faça logo e que os atos de defesa ou desforço não ultrapassem o indispensável à manutenção ou restituição da posse”. O fato de um projeto ser aprovado na CCJ permite que o texto seja levado ao plenário da Casa. Favorito para a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos -PB) já se comprometeu com pautas específicas da Bancada Ruralista, entre elas, as pautas anti-MST.



Divulgação

O projeto era uma prioridade para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) desde o primeiro semestre, quando ocorreu a investida do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que retomou as invasões e disse ter ocupado

24 propriedades no chamado Abril Vermelho. Aliado histórico do PT, o MST voltou a invadir terras no momento em que o governo tentava se aproximar de ruralistas. A relação conflituosa entre o agro e os sem-terra colocou Lula em um ponto de

pressão entre a militância de esquerda e a necessidade de ampliar sua base.

O agro ainda tenta atingir o MST por outros meios: parte da lista de prioridades que deve causar embaraço na relação com os governistas,

que também apoiam Motta, tramita no Senado, mas ainda pode voltar à Câmara dos Deputados, caso sofra alterações. Entre as medidas, há textos que classificam as invasões de terra como terrorismo, por exemplo. Também há propostas que impedem invasores de serem inscritos em programas de auxílio pagos pelo governo, como o Minha Casa Minha Vida, além de concorrer a cargos públicos e receber créditos rurais.

Para todos os casos, a restrição se aplica aos invasores de terra por oito anos, a contar do momento em que deixem as propriedades ocupadas. Também fica vedada por este prazo a participação no Programa Nacional da Reforma Agrária. A exceção se aplica ao Bolsa Família, que por se tratar de um programa de transferência de renda, será vedado aos invasores apenas durante o tempo em que esti-

verem em ocupações.

Na CCJ da Câmara ainda há três propostas tramitando que, entre outras medidas, aumentam a pena do crime de invasão de domicílio e criam um cadastro de invasores, pelo texto, “invasores ou ocupantes ilegais” terão registros anotados em seus antecedentes criminais.

“Sempre estivemos juntos nas causas da FPA, entendemos que as pautas defendidas trazem avanços significativos para este país. Os avanços do agro estão por aí e falamos mais do que qualquer palavra que eu possa expressar. Precisamos manter uma agenda pelos próximos dois anos de projetos prioritários para a frente. Queremos fortalecer a frente e o agronegócio brasileiro. O que esta Frente defende é bom para o Brasil e terá o nosso irrestrito apoio” afirmou Motta ao receber o apoio da bancada.

Câmara aprova projeto que proíbe uso de celulares em sala de aula

REDAÇÃO

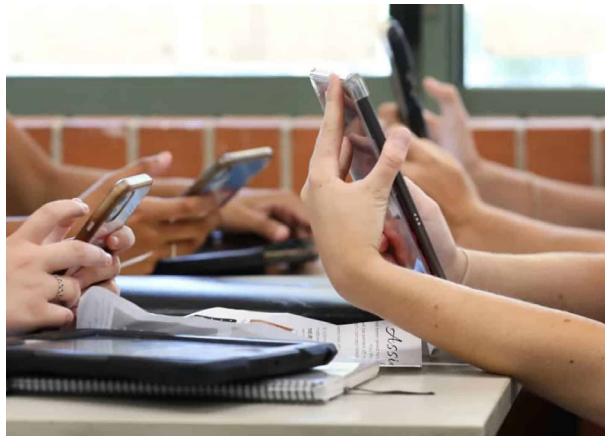
A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara de Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11), o Projeto de Lei 104/2015, que proíbe o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos portáteis em salas de aula.

O projeto foi aprovado por 45 votos a 14 em caráter terminativo, ou seja, não precisará ser votado em plenário, e segue direto para análise do Senado Federal.

O texto estabelece a proibição do uso de aparelhos eletrônicos nas salas de aula para todos os estudantes, salvo quando utilizados em atividades pedagógicas autorizadas pelos professores.

Para crianças da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental, o uso desses dispositivos também será vetado em outras áreas da escola, além das salas de aula, como durante os intervalos.

As exceções se aplicam a situações de perigo e a alunos com deficiência ou necessidades especiais, que poderão utilizar os apare-



lhos para garantir a acessibilidade à educação.

Em voto na CCJ, o relator da proposta, deputado Renan Ferreirinha (PSD-RJ), afirma que um uso excessivo de celulares durante as aulas permite que estudantes acessem conteúdos sem qualquer relação com o aprendizado.

Segundo ele, isso causa distrações e reduz o tempo de interação social na escola, o que justifica a necessidade de regular esse tema.

No Rio de Janeiro, em fevereiro, um decreto assinado pelo prefeito Eduardo Paes (PSD) proibiu o uso de celulares nas escolas públicas municipais,

tanto em sala de aula quanto nos intervalos e recreios.

Em São Paulo, a lei que proíbe os aparelhos em escolas de todo o estado foi sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na última sexta-feira (6).

A medida conta com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Países como Bélgica, Espanha e Reino Unido já implementaram a proibição, baseando-se em estudos que apontam uma relação negativa entre uso excessivo de tecnologia e o desempenho escolar.

Comissão da Câmara aprova projeto que retoma voto impresso

REDAÇÃO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou nesta quarta-feira um projeto de lei que determina a recontagem física de votos em eleições, o que restabelece o voto impresso. O fato de um projeto ser aprovado na CCJ permite que o texto seja levado ao plenário da Casa. Entretanto, não há indicativo de que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), vá encaminhar a votação do projeto.

A proposta foi apresentada pelo deputado federal Carlos Henrique Gaguim (União-TO) no ano de 2015 e, em seu texto, diz que a contagem física dos votos “aumenta o nível de transparência do sistema eleitoral”. Fica permitido que partidos políticos solicitem, no prazo de 48 horas após a divulgação oficial do resultado final das eleições, a recontagem dos votos tanto por meio físico quanto por meio digital.

O relator da proposta na CCJ, deputado José Medeiros (PL-MT), propôs um texto substitutivo com modifi-



cações. Com isto, o projeto passa a prever que após o fim da votação, 5% das urnas eletrônicas devem ser selecionadas aleatoriamente para recontagem.

Em 2018, por oito votos a dois, o Supremo Tribunal Federal (STF) que não haveria voto impresso nas eleições. Foi suspenso o trecho da minirreforma eleitoral, aprovada pelo Congresso Nacional em 2015, que determinava a instalação do mecanismo em todas as urnas eletrônicas. Para a maioria da Corte, a impressão deixa margem para a vio-

lação do sigilo e da liberdade de voto dos eleitores.

Em 2021, a própria Câmara rejeitou em plenário a proposta que previa a implementação do voto impresso a partir de 2022, umas das principais bandeiras do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Por 229 votos a favor e 218 contra e uma abstenção, o governo foi derrotado e o texto foi arquivado, são necessários ao menos 308 votos para alterar a Constituição. Em comissão especial, o texto já havia sido rejeitado por ampla maioria.



População em situação de rua soma 308 mil pessoas no país, diz estudo

REDAÇÃO

Em agosto de 2024, o número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) de todo o país era de 298.071, o que representa 308.277 pessoas em um universo de 94.587.894 indivíduos inscritos, pertencentes a 40.811.422 famílias. Os dados foram apresentados nesta quarta-feira (11/12), no lançamento da 37ª edição da série do Caderno de Estudos desenvolvida pelo Ministério Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Segundo os pesquisadores, esses números revelam um crescimento exponencial da população de rua, que em 2018, registrou no Cadastro Único 116.799 pessoas nessa situação. Entre as causas apontadas no Caderno de Estudos estão a ausência de dados padronizados e consistentes para embasar a inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas externas, como as econômicas e



Divulgação

climáticas, por exemplo.

De acordo com o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, o diagnóstico trazido por essa edição da série de estudos busca exatamente tornar as políticas públicas e intervenções mais eficazes. "A gente hoje não só está trazendo esse impor-

tante caderno, mas também a oportunidade de que tenhamos uma atualização, a partir de um trabalho que se iniciou em janeiro do ano passado, e que permitiu que pudéssemos avançar a condição de ter o Plano Ruas Visíveis", destacou.

A produção e gestão de dados é um dos eixos da política pública citada pelo mi-

nistro, tendo sido desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a população em situação de rua, coordenado pelo Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania e que chegou aos dez temas propostos. Os artigos abordam desde questões conceituais, teóricas e políticas a respeito da situação

de rua, até os desafios de se dimensionar e caracterizar essa população. Também são abordadas políticas públicas em andamento e transversalidade com programas habitacionais e de transferência de renda, como o Bolsa Família.

DESIGUALDADES

Um dos pontos destacados no estudo é a heterogeneidade da população em situação de rua no país, com mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, famílias e população LGBTQIA+ expostos a diferentes graus de vulnerabilidade. A partir do cruzamento de dados do Cadastro Único, feitos com um recorte sobre a comparação entre as probabilidades dessa população dormir em albergues ou nas ruas, foram verificadas essas diferenças.

Jovens, analfabetos, negros e indígenas têm mais chance de ser encontrados pernoitando nas ruas do que os brancos, em comparação ao que se encontra nos alber-

gues, por exemplo.

Para a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, esses dados trazem ao país a oportunidade de dar efetividade às políticas que atenderão às demandas dessa população. "População em situação de rua não é um fenômeno só do Brasil. É um fenômeno de inúmeros países, que tem na sua raiz também as questões raciais, as disputas e os debates éticos e étnicos que o racismo produz", destacou.

Embora o caderno de estudos reúna muitos dados e reflexões sobre o tema, os pesquisadores também apontam a necessidade da ampliação desses dados, que tiveram como base uma amostra, considerando que o Cadastro Único não alcança toda a população brasileira. "A realização de um censo nacional da população em situação de rua e a integração de dados administrativos são passos essenciais para garantir que as políticas públicas sejam baseadas em evidências concretas", conclui o estudo.

Governo anuncia mudanças na nova regra fiscal para salário mínimo em 2025

REDAÇÃO

O governo federal anunciou recentemente uma série de medidas fiscais que incluem uma revisão significativa no reajuste do salário mínimo para 2025. De acordo com a proposta, o crescimento real do salário mínimo será limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5% ao ano, alinhando-se com a regra do arcabouço fiscal.

Até o momento, o salário mínimo era reajustado com base na inflação do ano anterior e na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, uma regra retomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após ter sido interrompida durante o governo de Jair Bolsonaro. No entanto, para 2025, o percentual de crescimento do PIB considerado seria de 2,9%, mas

com a nova proposta, este valor será limitado a 2,5%.

Essa mudança tem um impacto significativo no orçamento. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a limitação do reajuste do salário mínimo dará mais previsibilidade para a elaboração da peça orçamentária e permitirá manter as despesas discricionárias no nível atual ou até aumentá-las para inves-

timentos, caso haja boa gestão

ISENÇÃO DO IR

Além disso, o governo também anunciou a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Essa isenção será aplicada na parcela da renda de até R\$ 5 mil, e os contribuintes pagarão imposto sobre o restante. Para aqueles que recebem acima de R\$ 7,5 mil, a isenção

será aplicada apenas até o valor de dois salários mínimos, atualmente R\$ 2.824.

Para compensar a perda de receita com a isenção do IR, o governo propôs a imposição de um imposto mínimo para contribuintes com renda mensal superior a R\$ 50 mil. Essa medida incluirá todos os rendimentos, inclusive os não tributáveis, como dividendos, e será verificada na Declaração Anual

do Imposto de Renda. A alíquota efetiva variará de próximo de zero a 10%, dependendo da renda, com a taxa de 10% aplicada a quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano.

Essas medidas fazem parte de um pacote mais amplo de ações fiscais que visam economizar R\$ 327 bilhões até 2030, com um impacto estimado de R\$ 71,9 bilhões até 2026, fim do mandato do presidente Lula.

GRANDES SONHOS REALIZADOS EM PEQUENAS PARCELAS

PARCELAS A PARTIR DE R\$ 8,00 POR DIA!

- NÃO PAGUE JUROS
- PREÇOS QUE CABEM NO SEU BOLSO

62 3607-7332 62 98269-1933
AV. ANHANGUERA, 3559 - SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA - GO, 74610-010

CONSORCIO **CICAL**

ATACADÃO DAS LENTES

LABORATÓRIO PRÓPRIO
Qualidade com o Menor Preço

✓ ÓCULOS SOLARES
✓ LENTES PARA ÓCULOS
✓ LENTES DE CONTATO
✓ ARMAÇÕES PARA ÓCULOS

PREÇO DE ATACADO

(62) 3945-1950 / 99244-2975 / 98270-4676

Av. Anhanguera nº 5110, Sl. 302, Ed. Moacir Teles, Goiânia/GO
(ao lado da Praça do Bandeirante / Prédio do Banco Santander)





SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
TERMO DE JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO
Processo SISLOG nº 108038
Processo SEI nº 20240005027672

Às 08:30 horas, do dia 06/12/2024, iniciou-se a sessão pública on-line para realização dos procedimentos relativos à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, apoio logístico, organização, locação, montagem, desmontagem e execução de eventos, sob demanda, em caráter continuado, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência e respectivo Edital, pelo período de 12 (doze) meses, por meio do Pregão Eletrônico chancelado sob nº 184/2024-SEAD, tipo menor preço por lote (lote único), relativo ao processo de contratação SISLOG nº 108038 e processo SEI nº 20240005027672, quando o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, indicados pela Portaria de Designação de Funções, se reuniram, em atendimento às disposições contidas no instrumento convocatório, juntamente com os licitantes, e chegaram ao seguinte resultado:

LOTE ÚNICO	
Fornecedor: 2V EMPREENDIMENTOS, NEGOCIOS E SERVICOS LTDA.	
CNPJ/MF: 46.672.831/0001-00	
Valor total: R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais)	
Descrição do item 001	
Código 4225 - Locação de Mesas e Cadeiras, cadeira (s), em PVC, sem braços.	
Quantidade	1500
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)
Valor Total	R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais)
Descrição do item 002	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, jogo de mesa com cadeiras.	
Quantidade	250
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 12,00 (doze reais)
Valor Total	R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Descrição do item 003	
Código 474 - Púlpito, em acrílico.	
Quantidade	3
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
Valor Total	R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Descrição do item 004	
Código 643 - Locação de Box Truss, em estrutura ground P30.	
Quantidade	5
Unidade	metro
Valor Unitário	R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)
Valor Total	R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
Descrição do item 005	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, climatizador evaporativo.	
Quantidade	15
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 300,00 (trezentos reais)
Valor Total	R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Descrição do item 006	
Código 4025 - Terceirização de Mão de Obra para Eventos, mestre de cerimônia, diurno.	
Quantidade	10
Unidade	unidade/dia
Valor Unitário	R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)
Valor Total	R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)
Descrição do item 007	
Código 343 - Terceirização de Mão de Obra, servente de limpeza, 40 horas semanais, área externa.	
Quantidade	20
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)
Valor Total	R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Descrição do item 008	
Código 4025 - Terceirização de Mão de Obra para Eventos, técnico de luz e som.	
Quantidade	5
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Valor Total	R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Descrição do item 009	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, iluminação para palco e tenda.	
Quantidade	5
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Valor Total	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Descrição do item 010	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, gerador de energia 350 KVAs, trifásico, 380/220 Volts.	
Quantidade	5
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Valor Total	R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Descrição do item 011	
Código 786 - Locação de Tenda, galpão, com medidas aproximadas de 10 x 10 m e fechamento nas laterais.	
Quantidade	12
Unidade	unidade

Valor Unitário	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Valor Total	R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)
Descrição do item 012	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, Paineis em LED, indoor, 3,9mm, medindo aprox. 5 x 2 m.	
Quantidade	10
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais)
Valor Total	R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais)
Descrição do item 013	
Código 150 - Serviços de Refeição, coffee break: com café, leite, dois tipos de suco de frutas, dois tipos de refrigerantes e quatro tipos de salgadinhos.	
Quantidade	3200
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)
Valor Total	R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais)
Descrição do item 014	
Código 150 - Serviços de Refeição, coffee break: com café, leite, dois tipos de suco de frutas, dois tipos de refrigerantes e quatro tipos de salgadinhos.	
Quantidade	2000
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 40,00 (quarenta reais)
Valor Total	R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Descrição do item 015	
Código 150 - Serviços de Refeição, lanche.	
Quantidade	800
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Valor Total	R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Descrição do item 016	
Código 150 - Serviços de Refeição, almoço e jantar, com bebidas não alcoólicas.	
Quantidade	800
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 70,00 (setenta reais)
Valor Total	R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)
Descrição do item 017	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, pontos de energia com montagem, manutenção e desmontagem.	
Quantidade	30
Unidade	metro
Valor Unitário	R\$ 30,00 (trinta reais)
Valor Total	R\$ 900,00 (novecentos reais)
Descrição do item 018	
Código 912 - Serviços de Promoção, Organização e Coordenação de Eventos, shows, congressos e eventos.	
Quantidade	5
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Valor Total	R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)
Descrição do item 019	
Código 912 - Serviços de Promoção, Organização e Coordenação de Eventos, shows, congressos e eventos.	
Quantidade	3
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Valor Total	R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
Descrição do item 020	
Código 4131 - Locação de Equipamentos e Insumos Para Eventos, arranjo de flores, de mesa.	
Quantidade	2500
Unidade	unidade
Valor Unitário	R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)
Valor Total	R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)
Descrição do item 021	
Código 590 - Contratação de Tradutor, inglês.	
Quantidade	12
Unidade	serviço(s)
Valor Unitário	R\$ 400,00 (quatrocentos reais)
Valor Total	R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Descrição do item 022	
Código 4025 - Terceirização de Mão de Obra para Eventos, garçom, diurno.	
Quantidade	5
Unidade	dia
Valor Unitário	R\$ 200,00 (duzentos reais)
Valor Total	R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Considerando que a sessão foi conduzida conforme determina o edital, atendendo aos preceitos da Lei federal nº 14.133/2021 e do Decreto estadual nº 10.247/2023. Foi divulgado o resultado da sessão pública com o licitante melhor classificado, o qual foi declarado vencedor no respectivo lote, bem como foi concedido prazo recursal conforme preconiza a lei. Encerradas as fases de julgamento, de habilitação e recursal, sem registro de intenção recursal, decido ADJUDICAR o objeto ao vencedor citado acima e HOMOLOGAR o presente certame, nos termos do art.71, inciso IV da Lei federal nº 14.133/2021 e art.50 do Decreto estadual nº 10.247/2023. Secretaria de Estado da Administração em Goiânia-GO, aos 10 dias de dezembro de 2024.

ALAN FARIAS TAVARES
Secretário de Estado da Administração



Botafogo leva 3 do Pachuca e se despede do Mundial na estreia

REDAÇÃO

O Botafogo decepcionou nesta quarta-feira, fez uma partida monótona no estádio 974, em Doha, e se despediu da Copa Intercontinental da Fifa logo na estreia. A equipe campeã brasileira e continental poupou algumas estrelas no primeiro tempo, não mostrou forças para segurar o Pachuca e foi derrotada por 3 a 0. Os mexicanos avançam para a próxima etapa e medição forças com o Al-Ahly na semifinal, no sábado, às 14h.

O ganhador do duelo enfrentará o Real Madrid na final. Com tempo escasso de intervalo entre a conclusão do Brasileirão e a viagem para o Catar, o Botafogo sucumbiu em um cenário semelhante ao vivido pelo Palmeiras no início de 2021.

Além dos botafoguenses e palmeirenses, também caíram na estreia Internacional, Atlético-MG e Flamengo em outras ocasiões. Diferentemente de outros anos, nesta edição não há disputa de terceiro ou quarto lugar.

Assim, o Botafogo já entra de férias e coloca um ponto final em uma temporada memorável. O técnico Artur Jor-



Reprodução

ge optou por poupar quatro importantes atletas. Segundo o português, o objetivo era dosar as energias. Assim, Alex Telles, Marlon Freitas, Savarino e Almada foram preservados. Em suas posições, entraram Cuiabano, Allan, Eduardo e Matheus Martins na escalação inicial. A partida começou afeita aos mexicanos.

O Pachuca foi melhor

nos primeiros minutos, criou oportunidades e deu trabalho ao goleiro John. O Botafogo apostou na velocidade dos contragolpes e era pressionado na saída de bola. Houve reclamação das duas partes por penalidades máximas, mas a arbitragem ignorou ambas. O duelo foi perdendo intensidade ao longo da etapa inicial.

Os lances de perigo diminuíram. As duas equipes pareciam cansadas. Os brasileiros ainda tinham o argumento dos jogos consecutivos e da longa viagem às vésperas da estreia, mas o Pachuca não entrava em campo para partidas oficiais havia mais de um mês. Luiz Henrique foi o destaque botafoguense, mas, de uma ma-

neira geral, o desempenho ficou aquém do esperado. Os mexicanos foram melhores e perderam a oportunidade de encerrar os 45 primeiros minutos à frente do marcador. No segundo tempo, o Pachuca persistiu como o melhor em campo e não demorou para balançar as redes.

O marroquino Idrissi deixou dois jogadores do Botafogo no chão dentro da área e anotou um golço em Doha, aos 5 minutos, colocando os mexicanos em vantagem. Perdendo o jogo, o Botafogo teve de forçar uma dinâmica diferente. Artur Jorge colocou em campo os titulares poupados, mas de nada adiantou. Aos 22, erro na saída de bola do Botafogo entregou um presente para Deossa, que do lado esquerdo da grande área, acertou um chute cruzado e contou com a falha de John para ampliar o marcador a favor do Pachuca.

A pressa do Botafogo abriu espaços na defesa e permitiu que os mexicanos aproveitassem. Os autores dos gols armaram belo contragolpe concluído por Rondón, que, aos 35 minutos, balançou as redes e confirmou a vitória do Pachuca.

Pênalti para o Flamengo é eleito o maior erro do Brasileirão

REDAÇÃO

Um pênalti polêmico. A trombada entre Manduca e Gerson dentro da área, que culminou no pênalti a favor do Flamengo na vitória por 4 a 2 sobre o Juventude, pela 31ª rodada do Campeonato Brasileiro, foi escolhido por PC Oliveira como o maior erro de arbitragem do torneio. O catarinense Bráulio da Silva Machado enxergou infração na jogada e apontou para a marca da cal. O árbitro de vídeo Diego Pombo Lopez não chamou o juiz para rever o lance no vídeo. Na opinião do comentarista de arbitragem da DE não houve penalidade na jogada.

“É um contato absolutamente de jogo. O contato é lateralizado. Um contato normal. O Gerson que acabou trombando no jogador do Juventude. O Bráulio estava



muito bem posicionado e acaba marcando o pênalti. Eu considero erro claro. É um erro claríssimo. Uma decisão completamente equivocada” avaliou o comentarista.

Diego Pombo Lopez atuaria em um jogo da Série B dois dias depois, mas foi

substituído por estar em “avaliação de desempenho técnico”, de acordo com documento divulgado pela Comissão de Arbitragem da CBF.

O Juventude ficou na bronca com a arbitragem de Bráulio da Silva Machado na derrota por 4 a 2 para o

Flamengo, no Maracanã. O time de Caxias do Sul reclamou de dois lances principais: o pênalti marcado a favor dos donos da casa e a expulsão de Nenê.

Além do pênalti para o Flamengo, PC Oliveira avaliou outros quatro lances

polêmicos deste Campeonato Brasileiro com decisões equivocadas da arbitragem. Outros dois lances de pênalti e duas faltas duras que mereciam o cartão vermelho.

A partir da análise criteriosa do especialista, podemos perceber a importância de uma arbitragem precisa e justa para o desempenho equilibrado das equipes em campo. Influenciando diretamente no resultado final das partidas, erros de arbitragem como o pênalti marcado de forma inadequada podem gerar controvérsias e impactar o cenário esportivo. É fundamental que as entidades responsáveis estejam atentas a tais situações e busquem aprimorar constantemente os critérios e procedimentos arbitrais, garantindo assim a lisura e credibilidade das competições esportivas.

Governo de Goiás assina contrato para trazer etapas do MotoGP a partir de 2026

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado assina, nesta quinta-feira (12/12), o contrato com a empresa espanhola Dorna Sports, responsável pelo MotoGP, para a realização de cinco etapas da competição no Autódromo Internacional Goiânia Ayrton Senna, a partir de 2026. A solenidade será realizada às 11h, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia.

A categoria máxima de motociclismo no mundo volta ao Brasil pela primeira vez desde 2004. A última corrida de MotoGP sediada no Brasil foi em 2004, no Rio de Janeiro, no extinto autódromo de Jacarepaguá, que recebia a prova desde 1995. Desde então, a categoria não teve mais nenhum piloto brasileiro também, tendo sido Alexandre Barros o último.

O acordo com o Governo de Goiás, que também envolve a BrasilMotorsport, marca a volta da categoria de motovelocidade ao Brasil e as etapas devem ser realizadas nos anos de 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030. As negociações foram feitas por meio da Secretaria-Geral do Governo (SGG) e de Esporte e Lazer (Seel).

Na coletiva do dia 12, o Estado também deve anunciar a reforma no Autódromo Internacional de Goiânia. O equipamento, que será a sede da MotoGP a partir de 2026, deve ficar fechado por cerca de seis meses, a princípio, entre janeiro e junho do ano que vem.

A Seel já comunicou, verbalmente, que o autódromo estará indisponível no primeiro semestre de 2025 para a Federação Goiana de Automobilismo (Faugo), alguns organizadores de eventos, como a Vicar (da Stock Car), e alguns grupos de ciclismo e triatlo que fazem treinos no autódromo.

Com a oficialização da parceria, Goiânia voltará a sediar a MotoGP depois de quase 40 anos. A cidade recebeu etapas da categoria nas temporadas de 1987, 1988 e 1989.



Milei promete corte de 90% nos impostos e avançará com fechamento do Banco Central

REDAÇÃO

O presidente da Argentina, Javier Milei, anunciou que reduzirá os impostos em 90% até 2025, devolverá a autonomia fiscal às províncias para atrair investimentos e avançará “no processo de fechamento do BC”.

Em um discurso, por ocasião do primeiro aniversário de sua chegada ao governo, ele disse que sua equipe “está atualmente concluindo uma reforma tributária estrutural que reduzirá o valor dos impostos nacionais em 90% e devolverá às províncias a autonomia tributária que elas nunca deveriam ter perdido”.

Ele acrescentou que “no próximo ano veremos uma verdadeira competição fiscal entre as províncias da Argentina para ver quem consegue atrair mais investimentos”.

“A economia entrou em uma recuperação cíclica que está nos tirando do buraco em que nos deixaram”, disse o presidente ultraliberal, enfatizando que essa recuperação se baseia em dois fatores: “a recomposição dos salários e pensões e a recomposição



Reprodução

das ações das empresas”.

Ele enfatizou que essa é a parte cíclica, “que explica o crescimento brutal da economia no último trimestre”, porque a parte estrutural “é a poupança feita”, que ele calculou em 15 pontos do PIB.

Essa economia, de acordo com Milei, representa o que foi “desperdiçado” e “foi devolvido ao setor privado, o que

gerará investimento e consumo”. Ele insistiu que “a redução do risco-país e, conseqüentemente, da taxa de juros, diminui o custo do capital e, portanto, produzirá um aumento direto no investimento”.

Além desses fatores, segundo ele, “há um terceiro, que é a redução da carga tributária total, seja pela eliminação do imposto inflacionário

e/ou pela redução dos impostos explícitos que teremos de enfrentar no próximo ano”.

Milei prometeu, então, reduzir os impostos em 90% e implementar uma reforma tributária, que se somará a outras reformas nas pensões, no trabalho, na segurança nacional e até mesmo na reforma política.

O presidente argentino também anunciou uma “con-

vergência da taxa de câmbio paralela com a taxa de câmbio oficial”, que já está em andamento há vários meses.

“Isso nos aproxima cada dia mais do fim definitivo do ‘cepo’ cambial (restrições ao mercado cambial argentino), uma aberração que nunca deveria ter acontecido e que, conosco, vai acabar no próximo ano e para sempre”, argumentou.

Milei explicou que, para acabar com a restrição cambial e “dar uma solução definitiva ao problema dos estoques do Banco Central”, ele recorrerá a “um novo programa com o Fundo Monetário Internacional e/ou por meio de um acordo com investidores privados”.

Ele deixou claro que “avançará no processo de fechamento do Banco Central”, como prometeu várias vezes, porque - em sua opinião - isso “acabaria com a inflação para sempre na Argentina”.

O político ultraliberal também disse que, a partir de 2025, “todos os argentinos poderão usar a moeda que quiserem em suas transações diárias”.

“Isso significa que, a partir de agora, todos os argentinos poderão comprar, vender e faturar em dólares ou na moeda que considerarem, com exceção do pagamento de impostos que, por enquanto, continuará sendo em pesos”, ressaltou.

Milei fez um discurso à nação, transmitido por todos os canais de televisão aberta, cercado por todos os seus ministros e com sua irmã Karina, secretária geral da Presidência.



DIÁRIO DO ESTADO

Líder em publicações legais no Brasil

Publicações em jornal de grande circulação, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União

(62) 3434-5546



Maxxxine, Pearl e X: A história da trilogia completa

REDAÇÃO

“X – A Marca da Morte” fez um sucesso inesperado ao ser lançado em 2022 e ao resgatar os elementos de maior sucesso dos filmes slasher e, pouco depois, fomos presenteados com uma ótima pré-sequência intitulada ‘Pearl’ e focada na insana serial killer do filme original.

A trama é centrada na personagem titular (interpretada novamente por Mia Goth), que vive reclusa em uma fazenda isolada, obrigada a cuidar do pai doente e vivendo sob a constante vigilância da mãe. Entretanto, ela almeja ao estrelato e à vida glamourosa que vê nos filmes – e, então, ela começa a ceder às tentações da sétima arte à medida que lida com as repressões que sofreu por muito tempo.

Também trazendo nomes como David Corenswet, Tandi Wright, Matthew Sunderland e outros ao elenco, o longa foi inspirado em clássicos como ‘O Mágico de Oz’ e ‘Mary Poppins’ e trouxe comédia e terror em



Reprodução

um mesmo lugar – conquistando aclame considerável por parte da crítica e arrecadando US\$10 milhões ao redor do mundo.

Para celebrar o lançamento de ‘MaXXXine’, terceiro capítulo dessa icônica franquia criada por Ti West, preparamos uma breve lista elencando curiosidades sobre a pré-sequência para lembrá-los do universo ‘X’.

West e Goth colaboraram no roteiro via FaceTime durante uma quarentena obrigató-

ria de duas semanas (devido à pandemia de COVID-19) na Nova Zelândia, antes das filmagens de ‘X – A Marca da Morte’. Eles só estavam esperando que a A24 concordasse em financiar o projeto. Felizmente, o projeto recebeu sinal verde antes do início das filmagens do primeiro filme.

O filme pornográfico mostrado para Pearl se chama ‘A Free Ride’, o primeiro pornô hardcore da história e um dos clássicos filmes stag. O filme foi lançado em

1915 e também é conhecido como ‘A Grass Sandwich’.

O filme foi originalmente planejado para ser filmado em preto e branco, mas a A24 foi contra a ideia. Dessa forma, o longa foi rodado em cores extremamente vivas. Goth afirma que outra razão para a mudança do preto e branco para cores brilhantes foi que a equipe sentiu que os filmes feitos dessa forma haviam “se tornado algo próprio”, e ela e West queriam fazer algo “diferente e único”.



Reprodução

“Senna” chega ao posto de série de língua não inglesa mais vista da Netflix global

REDAÇÃO

Lançada no dia 29 de novembro, “Senna” já soma 53 milhões de horas assistidas e foi a série de língua não-inglesa mais vista na Netflix na última semana. O título brasileiro liderou o Top 10 global entre 2 e 8 de dezembro.

A produção retrata a vida e a carreira do piloto Ayrton Senna em seis episódios. De acordo com a descrição oficial, a produção conta a trajetória do piloto no esporte, além de explorar sua personalidade e relações pessoais.

A minissérie começa com o início da carreira automobilística do tricampeão, quando ele se muda para a Inglaterra

para competir na Fórmula Ford, e segue até o trágico acidente em Ímola, na Itália, durante o GP de San Marino.

A produção é a mais ambiciosa já feita pela Netflix brasileira e exigiu uma estrutura gigantesca, com atores de dezesseis países e cenas gravadas na Argentina, no Uruguai e na Irlanda do Norte, além do Brasil. No total, 22 réplicas dos carros de Senna e dos adversários foram construídas, mas a demanda era de mais de oitenta, fazendo a equipe apelar também para o digital. No figurino, foram 100 macacões e cerca de 17000 pessoas envolvidas, fora uma equipe de efeitos visuais de cerca de 600 pessoas.



edredom & pipoca

Dicas pra você que adora curtir um filme em baixo do edredom...

edredomepipoca.com.br

@edredomepipoca

